

## **NOTA INTRODUTÓRIA – CULTURA E POLÍTICA: implicações para o Currículo**

---

**Alice Casimiro Lopes**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

**Elizabeth Macedo**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

*Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a 'diferença do outro' revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação.*

Homi Bhabha

As apropriações de marcos teóricos pós-estruturais, pós-coloniais e pós-modernos pelo campo do Currículo têm gerado a multiplicação e diversificação de estudos que valorizam o enfoque discursivo, as discussões relativas à identidade e à diferença, a pesquisa da cultura escolar e o cruzamento do discurso pedagógico com diferentes produções culturais para além dos limites da instituição escolar. A afirmação de que o currículo deve ser entendido como uma produção cultural vem possibilitando reconfigurar as discussões anteriormente centralizadas na legitimidade do conhecimento, abalando a compreensão de que o questionamento das formas hegemônicas de controle dos saberes possam ser um meio de construir perspectivas emancipatórias e de questionar o poder instituído.

Buscando entender tais reconfigurações, já argumentamos em diferentes estudos (Lopes e Macedo, 2002, 2003; Macedo, Lopes, Paiva, Oliveira, Dias e Frangella, 2004; Lopes, Macedo e Paiva, 2006) como o campo assume características híbridas que tornam usual a associação aparentemente contraditória da crítica aos enfoques teleológicos da Modernidade com a defesa de que o currículo deve ser projetado para a formação de determinadas identidades, a crítica aos propósitos imanentes e transcendentais do conhecimento científico com a valorização de propósitos emancipatórios por intermédio desse mesmo conhecimento. Esse hibridismo, ao mesmo tempo em que produz enfoques originais e produtivos para o campo, evidencia a ambivalência de nossas concepções, a inexistência de uma ruptura definitiva entre o que se possa denominar como moderno e o que é traduzido como pós-moderno. Torna-se, assim, pouco produtivo estabelecer classificações entre perspectivas críticas e pós-críticas de currículo, mais valendo ressaltar a ambivalência de um campo que durante muito tempo, modernamente, optou por tentar

apagar essa mesma ambivalência. Mais significativo, portanto, nos parece ser a construção de argumentos que possibilitem compreender o currículo e simultaneamente significá-lo de diferentes formas. Torna-se cada vez mais importante a elaboração de trabalhos de pesquisa que, com rigor teórico-metodológico, não se disponham a projetar sentidos para a prática curricular, mas a participar da arena política em que múltiplos sentidos do que vem a ser currículo são disputados.

Dessa maneira, também consideramos possível entender de forma distinta o que já foi denominado como virada cultural. Essa virada – também traduzida muitas vezes como uma virada lingüística pós-estruturalista, desconsiderando toda centralidade da linguagem no estruturalismo – é muitas vezes criticada por, supostamente, abandonar bandeiras como a justiça social, a luta pela igualdade, o foco no político e o desenvolvimento de uma agenda de transformação social em direção a relações de poder menos excludentes do ponto de vista econômico. Com isso, ergue-se uma dicotomia entre o enfoque cultural e o enfoque político, que reforça outras dicotomias: aquelas estabelecidas entre o simbólico e o material, as propostas e as práticas, as políticas e as práticas, entre teoria e política.

Defendemos, diferentemente, que, se a cultura é compreendida como processo de significação e a política como as disputas contingentes pelo poder de hegemonizar determinadas significações, a separação entre política e cultura não se sustenta. Principalmente se consideramos que o currículo é uma produção cultural, um jogo marcado pela negociação entre discursos culturais em que resistência e dominação não ocupam posições fixas, nem se referem a sujeitos ou classes sociais específicas. Lutas, simultaneamente políticas e culturais, nas quais se disputa a possibilidade de significar o mundo, produzem o currículo nas escolas.

Reconfigura-se o próprio campo do currículo, ao se considerar que cada socialização de nossas pesquisas é uma forma de se inserir nesse mesmo campo e estar nessa luta política pela significação do currículo. Nessa perspectiva é que inserimos os textos deste número de *Currículo sem fronteiras*. Diferentes investigações, com muitas interfaces entre si em virtude dos próprios intercâmbios entre os grupos de pesquisa destacados, são aqui apresentadas. Não pretendemos, assim, compor um corpo fixo e estabelecido do que vem a ser currículo, mas difundir resultados de pesquisas que têm trabalhado, sob enfoques teórico-metodológicos distintos, aprofundando as inter-relações entre cultura e política.

Em um primeiro conjunto de artigos, focalizando *Políticas de currículo contemporâneas*, são problematizadas questões em distintos objetos de investigação. No artigo *Elementos para o debate curricular contemporâneo*, Etinete Gonçalves e Siomara Borba Leite partem das discussões da filosofia para repensar questões do campo do currículo. Com foco na ação de aprender na atualidade, defendem que a forma de se pensar e de se realizar a sociedade contemporânea é calcada no neopragmatismo, representado no texto pelo pensamento de Richard Rorty. De forma a discutir projetos curriculares hegemônicos, são salientadas as aproximações entre o neopragmatismo e os currículos contemporâneos. Em diálogo com as discussões culturais do campo, argumenta-se em favor da compreensão de que a exclusão econômica permanece como justificativa central dos problemas educacionais.

Jason Beech, por sua vez, no artigo *A internacionalização das Políticas educativas na América Latina*, apresenta os resultados de uma pesquisa, apoiada em Stephen Ball, em que foram analisadas as reformas implementadas nos sistemas educativos latino-americanos na década de 1990. Defendendo a existência de uma intensificação da internacionalização das políticas educativa na América Latina nos anos de 1980 e 1990, o autor apresenta evidências e argumentos no sentido da heterogeneidade dessas políticas na região, com foco nas orientações da UNESCO, do Banco Mundial e da OCDE para a regulamentação curricular na Argentina, no Chile e no Brasil. Ainda que existam marcos econômicos comuns que produzem constrangimentos em nível global para as políticas educacionais latinoamericanas, Jason defende que políticas institucionais e culturais diferentes em cada país garantem as diferentes recontextualizações locais.

Fechando o primeiro bloco de artigos, Elizabeth Macedo e Flavia Monteiro de Barros Araujo, no texto *Notas para uma agenda de pesquisa sobre arenas burocráticas nas políticas curriculares*, apresentam reflexões de caráter teórico e metodológico visando a contribuir para análise da produção e implementação de políticas educacionais, com foco na burocracia atuante em órgãos da administração educacional. Tentando dar conta de uma lacuna nos estudos do fenômeno burocrático, por intermédio do destaque do papel do corpo de funcionários atuantes em secretarias de educação, as autoras defendem a importância da mediação dessas instâncias na produção de políticas curriculares. Com base nas discussões de Laclau e Mouffe, são apresentados argumentos em favor do caráter contingente das decisões políticas para o currículo. Para as autoras, é no contexto caracterizado pela imprevisibilidade e fragmentação de posições que as decisões sobre a educação são construídas e executadas.

No segundo conjunto de textos – *Políticas, práticas e identidades docentes* – são destacadas investigações sobre a formação de professores e a prática docente nas escolas. Ozerina Oliveira nos apresenta o texto *Problematizando o significado de reforma nos textos de uma política de currículo*. Também destacando as políticas de currículo, Ozerina se dirige às discussões sobre reforma do curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil, do século XX para o século XXI. A autora defende que, na luta pelos sentidos de reforma expressos nos textos, predominam disputas no campo científico sobre o significado de currículo e de pedagogia, enfraquecendo a centralização desta política na formação de professores.

O artigo *Sentidos de prática nas políticas de currículo para a formação de professores*, de Rosanne Evangelista Dias e Alice Casimiro Lopes, apresenta os resultados de uma investigação sobre a produção de políticas curriculares para a formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, no período de 1996 a 2006. São analisadas demandas expressas em textos produzidos na Anped, na Anfope e no Endipe, bem como nas diretrizes curriculares nacionais. A partir da teoria do discurso de Laclau e da abordagem do ciclo de políticas de Ball, as autoras analisam os diferentes sentidos conferidos ao significante *prática* nas políticas para a formação de professores. Argumentam em favor da pertinência de se considerar esse significante como esvaziado de sentidos, por intermédio da proliferação de significações diversas. Nessa perspectiva, tal

esvaziamento é capaz de garantir a articulação de diferentes demandas da formação de professores em distintos contextos da política, porém de forma a estabelecer um antagonismo com a teoria.

Também com foco nas políticas para a formação de professores, mas priorizando o trabalho docente, Álvaro Hypolito, Jarbas Vieira e Laura Cristina Pizzi apresentam o texto *Reestruturação Curricular e auto-intensificação do trabalho docente*. Com base em uma pesquisa que analisa os impactos dos processos de reestruturação educacional e curricular propostos pelas atuais políticas, os autores analisam as identidades docentes, o trabalho educativo e o controle pedagógico sobre o professorado, a partir da intensificação do trabalho docente. Explorando a categoria de biopoder, eles analisam tais reconfigurações do trabalho docente como produtoras de efeitos nas práticas curriculares. São assim destacadas as exigências relativas às competências docentes e aos modelos gerencialistas de avaliação do sistema como novas formas de regulação do trabalho docente.

Seguindo na discussão sobre identidades docentes, Josefina Mello e Rita Frangella abordam a política curricular para a formação de professores no Rio de Janeiro, tendo em vista instituições particulares. No artigo *Conhecimentos Didático-Pedagógicos como horizonte de formação*, as autoras exploram a emergência da disciplina “Conhecimentos Didático-Pedagógicos em...” em duas escolas normais, evidenciando como, na significação da nova proposta curricular, são hibridizados sentidos supostos como oficiais e sentidos da prática docente. Dessa forma, novas formas identitárias são articuladas nos diferentes contextos.

Já Maria de Lourdes Tura, focalizando uma disciplina específica e uma escola, discute, no artigo *A recontextualização por hibridismo na prática pedagógica da disciplina Ciências*, as soluções encontradas pelos professores de Ciências para atender às orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação, sem desconsiderar suas concepções sobre o ensino de Ciências e seus *habitus* profissionais. São ressaltados os diferentes discursos dos professores, procurando analisá-los com foco na recontextualização por hibridismo, proposta por Stephen Ball e desenvolvida por Alice Lopes.

No último bloco de artigos – *Multiculturalismo e diferenças* – são reunidas as discussões mais voltadas ao debate sobre a identidade e a diferença. Para tal, iniciamos com o texto de William Pinar, *Multiculturalismo malicioso*, que problematiza a fixidez e as dicotomias identitárias desenvolvidas em estudos multiculturais. Pinar defende a potência da autobiografia como forma de questionar políticas de identidade que fazem referência a abstrações totalizantes e, dessa forma, frequentemente, reinsere os binarismos coloniais, ainda que invertendo as valências entre os pares desses binarismos.

Maria Zuleide da Costa Pereira, no artigo *A Centralidade da pluralidade cultural nos debates contemporâneos no campo do currículo*, analisa, por sua vez, os parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, publicados em 1997, como expressão de uma prioridade conferida ao pluralismo cultural nas atuais políticas. Pautada nos debates mais recentes dos estudos culturais e da teoria do discurso, pelos trabalhos de Ernesto Laclau, Stuart Hall e Elizabeth Macedo, a autora investiga as marcas fluidas, incertas, indeterminadas da cultura contemporânea, defendendo que os significantes vazios podem

ser compreendidos como hegemonias contingenciais. Nessa perspectiva, busca demonstrar que o currículo e a pluralidade cultural, através de suas redes de significação, convivem com os paradoxos entre a conformação da diferença e o reconhecimento das condições multiculturais das sociedades atuais.

A partir de um estudo de caso com estudantes gays em uma escola estadual em Pelotas, no Rio Grande do Sul, Aline Ferraz da Silva e Jarbas Vieira apresentam, no artigo *Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola*, uma discussão sobre os efeitos de identidades sexuais não normativas no currículo. Com base nas conclusões de Michel Foucault sobre sexualidade, identidade, diferença e normalidade, e suas formas de servir à criação e à manutenção de padrões de conduta, é analisado o caráter compulsório da identidade heterossexual na escola, bem como algumas estratégias de ruptura desse discurso. Dessa forma, os autores buscam pensar o currículo como possibilidade de desconstrução das identidades.

O artigo de Valéria Weigel, *Pesquisa, Educação e luta indígena: a experiência de professores sateré-mawé*, aborda questões relativas ao conhecimento e à possibilidade de nele se inserirem as diferenças culturais dos sateré-mawé. Relatando uma experiência de inserção de professores sateré-mawé em uma equipe de pesquisa, a autora defende tal experiência como instrumento de educação dos indígenas e de valorização de sua cultura, a partir do desenvolvimento de outro paradigma epistemológico, denominado *ecologia de saberes*.

Fechando este número, apresentamos o artigo de Madalena Klein e Daniele Formozo, intitulado *Impossibilidades na educação de surdos: discussões sobre currículo e diferença*. Com base nos Estudos Culturais e nos Estudos Surdos, o artigo analisa a trajetória da educação de surdos nos últimos anos a partir da articulação do documento “Que educação nós surdos queremos”. Com base nessa análise, as autoras tematizam a educação de surdos como uma arena de lutas por sentidos, na qual a diferença surda é constantemente contestada, produzindo sentidos para o currículo nas escolas.

Com esse conjunto de artigos, buscamos então contribuir para a socialização de pesquisas do grupo *Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura*, bem como de grupos com os quais mantemos intercâmbios muito profícuos, tentando favorecer o aprofundamento dos entrecruzamentos da cultura e da política no currículo. Consideramos ser por intermédio do aprofundamento teórico-metodológico nos espaços da produção do currículo que podemos produzir diferentes sentidos que sejam potentes na luta política pela significação da cultura. Um processo de significação que permanece tendo por referência a justiça social e a emancipação, mas que deixa de compreendê-las como possuindo um conteúdo transcendente e imanente a ser projetado no futuro. É na contingência de nossas lutas cotidianas do presente que disputamos como preencher esses significantes, sendo o currículo um dos espaços-tempos em que essa luta é desenvolvida.

**Referências**

- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. O pensamento curricular no Brasil. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. The curriculum field in Brazil in the 1990s. In: PINAR, W. F (Ed.). *International Handbook of Curriculum Research*. New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates. p. 185-204, 2003.
- MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro; PAIVA, Edil; OLIVEIRA, Inês Barbosa; DIAS, Rosanne Evangelista; FRANGELLA, Rita. *Relatório da pesquisa “O Estado da arte do currículo da educação básica (1996-2002)”*. Brasília: INEP/PNUD, 2004.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth & PAIVA, Edil. Mapping Researches on Curriculum in Brazil. *Journal of the American Association for the Advancement of the Curriculum*, Wisconsin, EUA, v. 2, n. 1, p. 1-30, 2006.

**Correspondência**

**Alice Casimiro Lopes:** Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

**E-mail:** [alice@curriculo-uerj.pro.br](mailto:alice@curriculo-uerj.pro.br)

**Elizabeth Macedo:** Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

**E-mail:** [bethmacedo@pobox.com](mailto:bethmacedo@pobox.com)

**Sítio:** [www.curriculo-uerj.pro.br](http://www.curriculo-uerj.pro.br)

---

Texto publicado em [Currículo sem Fronteiras](#) com autorização das autoras.

---